



CATÓLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
E PSICOLOGIA

PORTO

ACOLHIMENTO FAMILIAR: CONHECIMENTOS E PERCEÇÕES

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde-

Marina Juliana Soares Moreira

Porto, julho 2017



CATÓLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
E PSICOLOGIA

PORTO

ACOLHIMENTO FAMILIAR: CONHECIMENTOS E PERCEÇÕES

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde -

Marina Juliana Soares Moreira

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professora Doutora Mariana Negrão e Professora Doutora Lurdes Veríssimo

Porto, julho 2017

Agradecimentos

É tempo de olhar para o meu percurso e agradecer a todos aqueles que estiveram comigo e me apoiaram nestes cinco anos. Estou profundamente grata:

À **Prof. Dr^a Mariana Negrão**, à **Prof. Dr^a Lurdes Veríssimo** e à **Prof. Dr^a Elisa Veiga** pela orientação, pela disponibilidade e partilha valiosa de conhecimentos. Um obrigado especial por todos os reforços positivos, não imaginam como eles fazem a diferença!

Aos **meus pais**, para quem as palavras nunca serão suficientes para expressão a minha gratidão, por me terem tornado na pessoa que sou e pelos esforços que fizeram para eu poder estar aqui.

Ao **meu irmão**, por ser o meu exemplo e me inspirar todos os dias.

À **Sofia**, por todos os telefonemas pós-reuniões para partilhar as minhas vitórias. Por me ouvir e me dizer que vou conseguir ainda melhor. Por tudo, obrigado!

À **Susana**, pela amizade e disponibilidade. E por saber que te vou levar comigo para a vida.

À **Catarina**, à **Cláudia**, à **Rita**, à **Liliana** e ao **Tó**, por todos os momentos de cumplicidade. Desculpem a minha ausência e todas as vezes que fui para casa mais cedo.

À **Ana**, à **Cátia**, à **Bruna** e à **Joana** pelos cinco anos de caminhada juntas, por me fazerem perceber que mesmo quando os caminhos são diferentes, a união permanece.

À **Tânia**, à **Ana Catarina**, à **Daniela** e à **Vânia** pelos sorrisos contagiantes.

Ao **ISCS-N** pela formação base e à **UCP - Porto** por me ter acolhido e me ter feito crescer enquanto pessoa e profissional.

A todos os que contribuíram para a realização desta dissertação, pela paciência a preencher este questionário. Sem todos vocês nada disto seria possível.

Estão todos no meu coração!

Índice

Agradecimentos.....	iii
Índice das Tabelas	v
Resumo.....	vi
Abstract	vi
I. Introdução.....	1
II. Enquadramento Teórico	1
III. Método	5
Amostra.....	6
Instrumento.....	7
Procedimentos de Recolha e Análise de dados	8
IV. Apresentação e Discussão dos Dados	9
V. Conclusões	21
Referências bibliográficas	24

Índice das Tabelas

Tabela 1 – Caracterização da Amostra.....	6
Tabela 2 – Número de Respostas Certas Acerca dos Conhecimentos Sobre o Acolhimento..	10
Tabela 3 – Opção pelo Acolhimento Familiar ou Acolhimento Residencial.....	12
Tabela 4 – Porque que o Acolhimento Familiar é a Melhor Opção.....	12
Tabela 5 – Porque que o Acolhimento Residencial é a Melhor Opção.....	13
Tabela 6 – Percepções de Efeitos Positivos do Acolhimento Familiar.....	14
Tabela 7 – Percepções de Riscos do Acolhimento Familiar	15
Tabela 8 – Percepções das Condições Necessárias para o Acolhimento Familiar.....	16
Tabela 9 – Percepções das Motivações para o Acolhimento Familiar.....	18
Tabela 10 – Percepções das Barreiras para o Acolhimento Familiar.....	19
Tabela 11 –Disponibilidade para o Acolhimento Familiar	20

Resumo

Em setembro de 2015, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, passou a privilegiar o acolhimento familiar em detrimento do acolhimento residencial, especialmente em crianças até aos 6 anos de idade, retiradas à guarda parental. Esta mudança legislativa impulsionou o presente estudo que teve como objetivo compreender os conhecimentos e as perceções da população sobre a medida de acolhimento familiar. Através do *Questionário sobre Perceções acerca do Acolhimento Familiar* foram avaliados os conhecimentos e a perceções de 270 participantes, com idades compreendidas entre os 19 e os 65 anos. Os principais resultados revelam baixos conhecimentos dos participantes acerca da realidade do acolhimento e uma predominância de perceções de efeitos positivos em relação aos riscos associados ao acolhimento familiar. São identificadas motivações que beneficiam, primeiramente, a criança e as barreiras ao acolhimento estão relacionadas com motivos profissionais. Os participantes mostram-se disponíveis para acolher uma criança.

Palavras – chave: Famílias de Acolhimento; Perceções; Proteção; Crianças.

Abstract

In September 2015, the Portuguese Law on the Protection of Children and Young People in Danger, assumed a preference of foster family care over residential care, especially in children up to the age of 6, removed from parental custody. This legislative change inspired the present study, whose objective was to understand the knowledge and perceptions of the general public about family foster care. *Family Foster Care Perceptions Questionnaire* was administered to 270 participants, aged between 19 and 65 years old. The main results show little knowledge of the participants about the reality of foster care and a predominance of perceptions of positive effects in relation to risks associated with family foster care. Motivations that primarily benefit the child are identified as main motivations to foster, whereas barriers are related to professional reasons. Participants are mostly available to host a child.

Keywords: Foster Families; Perceptions; Protection; Children.

I. Introdução

Uma das medidas de proteção das crianças e jovens em risco é o acolhimento familiar (AF), que desde setembro de 2015, com a mudança de lei ocorrida, passou a ser considerada a medida privilegiada para o acolhimento de crianças até aos 6 anos. Esta medida pretende proporcionar um ambiente familiar à criança, garantindo-lhe a satisfação das suas necessidades, como o bem-estar e a educação para ser possível terem um desenvolvimento integral (Delgado, 2011; Lei 142/2015).

O objetivo geral deste estudo visa aceder ao conhecimento e perceções da população em geral sobre a medida de acolhimento familiar, uma vez que, a investigação em torno das perceções acerca do acolhimento familiar é escassa.

Tendo em conta a mudança na lei considera-se que a pertinência deste estudo passa por perceber os conhecimentos e perceções da população sobre esta medida e o quão importante e benéfico é o papel da família no desenvolvimento de uma criança (e.g., Cruz, 2005; Delgado, 2007; Palacios & Rodrigo, 1998).

Atualmente o acolhimento familiar representa apenas 3,5% do acolhimento e existe uma bolsa de famílias acolhedoras muito limitada (Instituto de Segurança Social, ISS, 2016). Assim, a mudança legislativa implicará necessariamente, a curto prazo, o alargamento desta bolsa de famílias acolhedoras e uma atenção mais aprofundada em torno dos processos da sua seleção, formação e acompanhamento. Ao mesmo tempo, esta investigação é necessária para informar o processo de recrutamento de famílias qualificadas, informar quais as suas necessidades de formação e acompanhamento e responder a tantas outras questões relevantes implicadas nas políticas de acolhimento de crianças e jovens.

II. Enquadramento Teórico

Nas situações em que as crianças e jovens estão sujeitas a perigo psicossocial (e.g., estar abandonada ou viver entregue a si própria) é necessário retirar a criança/jovem da situação sendo aplicada uma medida de promoção ou proteção. Esta medida pode ser feita pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude, como a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou pelos tribunais (Comissão Proteção de Crianças e Jovens, CPCJ, 2016a).

Em Portugal, o atual modelo de proteção de crianças e jovens em risco vigora desde 2001 e tem como objetivo criar redes de desenvolvimento social e promover o bem-estar destas

crianças e jovens. Neste sistema existem as seguintes medidas de promoção e proteção das crianças e jovens: (1) apoio junto dos pais; (2) apoio junto de familiares; (3) confiança a pessoa idónea; (4) apoio para a autonomia de vida; (5) acolhimento familiar; (6) acolhimento residencial (AR); e (7) confiança a pessoa selecionada para adoção (CPCJ, 2016b).

Em setembro de 2015 deu-se uma alteração significativa à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei 147/99 de 1 de setembro. Assim, a Lei 142/2015, artigo 46º, consigna que se deve privilegiar o acolhimento familiar em detrimento do acolhimento residencial, especialmente em crianças até aos seis anos. O acolhimento familiar é uma modalidade que visa proporcionar à criança, um ambiente familiar alternativo, estável e seguro que promova a criação de novos laços afetivos e o desenvolvimento harmonioso (Delgado, 2011). No entanto, atualmente, a medida do acolhimento familiar corresponde apenas a 3,5% das crianças que se encontram em situações de acolhimento no ano de 2015, dando-se prioridade ao acolhimento residencial com 87,7% (ISS, 2016).

Segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança, esta tem direito a ser protegida contra todas as formas de maus tratos e conseqüentemente direito a beneficiar de cuidados alternativos, onde se encaixa o acolhimento familiar, até porque o direito de ter uma família e viver no seio da mesma também fazem parte da convenção (Unicef, 1989). A importância do acolhimento familiar relaciona-se com a importância da família no desenvolvimento de um indivíduo, sendo esta um dos sistemas que exerce um papel mais significativo na socialização da criança. Segundo a perspetiva sistémica, a família caracteriza-se por ser um sistema na qual todos os membros se influenciam uns aos outros. Dentro deste sistema desenvolvem-se regras e padrões que caracterizam a estrutura da família, as interações dentro da mesma, a forma como os seus membros comunicam e a sua capacidade de adaptação face a desafios (Foster & Gurman, 1988). A família tem uma panóplia de funções entre elas a função educativa, de socialização, de proteção e segurança e de garantir relacionamentos afetivos estáveis (Andrade, Santos, Bastos, Pedromônico, Filho & Barreto, 2005). Ou seja, a família procura salvaguardar as condições de comunicação, diálogo e simbolização, procura dar apoio em transições importantes na vida de um indivíduo, procura explorar diversos meios educativos para partilhar a tarefa da educação, procura estimular para a aquisição de capacidades relacionais, físicas e sociais e, por último, procura criar clima de afeto e apoio para o pleno desenvolvimento da criança (Palacios & Rodrigo, 1998).

Assim, quando a família não consegue assegurar as necessidades fundamentais para o desenvolvimento da criança, e é considerada uma medida de colocação como medida transitória no projeto de vida da criança, surge o acolhimento familiar como alternativa trazendo vantagens

no presente e futuro das crianças e jovens. Isto porque uma família pode ser constituída por figuras parentais, que não sejam os seus pais biológicos, desde que assegurem o desenvolvimento pleno e as necessidades básicas da criança (Cruz, 2005). E, como tal, vários estudos mostram-nos que o contexto familiar, através das famílias de acolhimento (FA), pode fornecer um ambiente seguro e dar respostas de apoio assim como aumentar a autoestima destas crianças (Denuwelaere & Bracke, 2007; Martins, 2005a) através da criação de laços emocionais fortes entre os membros deste sistema que geram afetos positivos e assim diminuem as consequências da separação da família biológica (FB) sentida pela criança (Delgado, 2007). Estas crianças podem ainda tornarem-se adultos com um melhor ajustamento psicológico e com representações de vinculação mais seguras (Nowacki & Schoelwerich, 2010) devido ao acompanhamento diário de pessoas que se tornam significativas para elas.

Tal como foi referido anteriormente, os dados nacionais revelam que a maioria das crianças e jovens se encontram em acolhimento residencial. Contudo, a literatura tem demonstrado de forma consistente que, o primeiro tem vantagens face ao segundo. O acolhimento familiar permite a criança ter um espaço familiar, criar relações com a família de acolhimento e manter contacto com a biológica (Kelly & Gilligan, 2000). Para além disso, os autores referidos anteriormente, afirmam que o acolhimento familiar pode ajudar na transição para a idade adulta, garantindo sempre apoio e acompanhamento, assim como a sua inserção na comunidade. De uma forma geral, o acolhimento familiar é mais ajustado à criança, principalmente as mais novas, devido aos cuidados individualizados (Eurochild, 2017). Apesar das crescentes mudanças ocorridas nas casas de acolhimento, a institucionalização é caracterizada, de forma geral, por impor rotinas rígidas e faltar cuidados e atenção individualizadas (Eurochild, 2004) devido à dificuldade na gestão de um grupo maior de pessoas. Como tal existe um movimento na Europa, designado “*Opening Doors for Europe’s Children*” que visa terminar com o acolhimento residencial. Este pretende garantir apoio, proteção e cuidados familiares alternativos às crianças através de sistemas de proteção infantil que fortaleçam as famílias (Eurochild, 2017).

Tendo em conta todas estas vantagens do acolhimento familiar, verifica-se que outros países já a consideram como a medida privilegiada para a proteção das crianças e jovens em risco, como é o caso da Escócia onde cerca de 90% das crianças e jovens se encontram em acolhimento familiar e apenas 10% em acolhimento residencial (The Scottish Government Statistics Publications, 2016). O mesmo acontece na Irlanda e Irlanda do Norte onde a percentagem desta medida de colocação varia entre os 75 e 80% (Kelly & Gilligan, 2000). Existem outros países que, apesar de terem percentagens mais reduzidas, são relevantes neste

panorama, como por exemplo Espanha em que dados de 2014, da Direção Geral de Serviços para a Família e a Infância, mostram que o acolhimento familiar (59%) é mais prevalente que o acolhimento residencial (41%). Também na Flandres, na Bélgica, em 2008 havia cerca de 39% de crianças em famílias de acolhimento comparativamente às 20% em acolhimento residencial (Buysee, 2009). Estes dados permitem-nos verificar que os países mais a noroeste do continente europeu têm uma tradição mais enraizada relativamente à medida de acolhimento familiar assim como, permite apurar que já existe uma cultura europeia que acredita que o acolhimento familiar é a melhor medida para assegurar um desenvolvimento social, emocional e educacional estável, e como tal proporcionar relacionamentos de maior estabilidade e consistência a longo prazo (The Scottish Government, 2016).

De maneira a perceber mais aprofundadamente o acolhimento familiar e todas as suas variáveis, a investigação tem aprofundado a perceção das famílias acolhedoras. Por exemplo no estudo de Cooley e Petren (2011) concluiu-se que os acolhedores são competentes, contudo têm noção que poderiam ter formações mais específicas que os ajudassem a lidar com crianças que tenham necessidades educativas especiais ou terem mais ligação com acolhedores que estão integrados neste processo há mais tempo. Estes também apresentam perceções positivas no que diz respeito ao papel dos serviços sociais neste contexto, dado que consideram que o trabalho em rede é imprescindível quando precisam de ajuda, e como tal, estes serviços podem ser um recurso vital neste processo. O mesmo é evidenciado no estudo de Brown e Campbell (2007), que afirma que ser família de acolhimento é um processo e não um resultado, ou seja, os acolhedores necessitam de acompanhamento e apoio, principalmente, em fases de transição (e.g., preparar a criança para o acolhimento, momento em que a criança deixa a família).

Para além disso, existem estudos que exploram as perceções das crianças e jovens acolhidos, como por exemplo, os estudos realizados por Johnson, Yoken e Voss (1995) e Gardner (1996) afirmam que as crianças acolhidas percecionam a família de acolhimento, em detrimento dos pais biológicos, como a sua família, contudo percebem que esta não é a sua família “real”/biológica. Apesar das crianças sentirem falta das suas famílias biológicas, compreendem que necessitam de ajuda, reconhecem que as famílias de acolhimento permitem fechar um ciclo de abuso e negligência e que dão tempo para que os pais biológicos resolvam os seus próprios problemas. Outros estudo (e.g., Chapman, Wall & Barth, 2004) afirmam que as crianças apresentam maiores níveis de bem-estar em relação à escola e local onde vivem após a colocação numa família de acolhimento. E quanto melhor for a perceção da criança em relação ao cuidador, menores serão os problemas de internalização da mesma (Cooley, Wojciak, Farineau & Mullis, 2015).

O presente estudo é pertinente uma vez que estamos perante uma mudança na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo que, agora, privilegia o acolhimento familiar. Temos, também, bons exemplos de outros países (e.g. Irlanda, Bélgica, Espanha e Escócia), tal como já foi enumerado anteriormente e existe pouca literatura sobre a perceção da população em geral, ou seja, existe alguma literatura sobre perceções de famílias de acolhimento e crianças acolhidas, mas os estudos que existem sobre perceções da população sobre esta temática são escassos. Um dos poucos estudos disponíveis é de Leber e LeCroy (2012) que exploraram a perceção da população dos Estados Unidos sobre o acolhimento familiar e concluíram que nas afirmações de conhecimentos mais vastos sobre o assunto houve bastantes respostas corretas, contudo quando se tratava de questões mais pormenorizadas, o conhecimento da população diminuía. Este estudo concluiu também que apesar de alguma falta de conhecimento nesta temática, a população atribuía diferentes motivações para alguém se tornar família de acolhimento.

Justifica-se, no entanto, conhecer melhor as perceções da população, nomeadamente neste momento em Portugal, uma vez que as perceções sobre um assunto influenciam os comportamentos e atitudes. E levam-nos a tomarmos decisões em função dessas mesmas perceções (Delgado, 2010).

III. Método

O objetivo geral do estudo é compreender os conhecimentos e as perceções da população sobre a medida de acolhimento familiar. A partir daqui estabelecem-se objetivos específicos:

1. Descrever os conhecimentos acerca das medidas de acolhimento;
2. Perceber a perceção sobre a melhor medida de acolhimento numa situação de perigo;
3. Identificar as perceções de efeitos positivos do acolhimento familiar;
4. Identificar as perceções de riscos do acolhimento familiar;
5. Identificar as perceções das condições essenciais para o acolhimento familiar;
6. Conhecer as motivações para o acolhimento familiar;
7. Conhecer as barreiras para o acolhimento familiar;
8. Perceber qual o compromisso dos participantes para se tornarem famílias de acolhimento;

9. Explorar as causas para as pessoas estarem ou não dispostas a tornarem-se famílias de acolhimento.

Amostra

A amostra é constituída por 270 indivíduos com idades compreendidas entre os 19 e os 65 anos de idade ($M=37.81$; $DP=13.01$), sendo que a maioria pertence ao sexo feminino (67%). Tal como podemos ver na Tabela 1, a amostra deste estudo contempla diversos estados civis.

A amostra é diversificada no que diz respeito à profissão, havendo participantes da área da economia, saúde, educação, direito, indústria, entre outros. Neste estudo, existem participantes que moram com os pais, só com a esposa, ou vice-versa, com família alargada, contudo a parcela mais significativa de participantes mora com o marido/mulher e filhos (40%). E mais de metade tem filhos (53.3%).

Os participantes possuem habilitações literárias diversificadas. A maioria pertence à religião católica ($n=197$).

Tabela 1

Caracterização da Amostra

	<i>N</i>	%
Idade		
Até aos 29 anos	90	33.3
Até aos 39 anos	46	17
Até aos 49 anos	57	21.1
Até aos 65 anos	61	22.6
Sexo		
Masculino	86	31.9
Feminino	181	67
Estado Civil		
Solteiro	108	40
Casado	140	51.9
Viúvo	2	.7
Divorciado	15	5.6
União de Facto	1	.4
Habilitações Literárias		
Ensino Básico	43	15.9
Secundário	59	21.9
Licenciatura	134	49.6
Mestrado	24	8.9
Doutoramento	3	1.1
Filhos		
Sim	144	53.3
Não	122	45.2
Religião		
Sim	203	75.2
Não	57	21.1
Total ($N=270$)		

Instrumento

Questionário Sobre Percepções acerca do Acolhimento Familiar (Negrão, Veiga, Veríssimo & Moreira, 2017 – Versão de Investigação)

Tal como já foi referido anteriormente, são escassos os estudos acerca da percepção da população sobre a temática do acolhimento familiar. Como tal, foi construído um instrumento em função dos objetivos deste estudo. O instrumento baseou-se na metodologia usada por Leber e LeCroy (2012) no seu estudo sobre as percepções públicas sobre o sistema de acolhimento na América, e pela metodologia utilizado por Tyebjee (2003) na sua investigação sobre as atitudes, interesses e motivações para adoção e acolhimento familiar.

A construção do questionário baseou-se ainda em trabalhos de especialistas no tema em Portugal (e.g., Paulo Delgado) que permitiram acrescentar algumas dimensões que estariam relacionadas com os objetivos deste estudo, de modo, a obter informação mais detalhada e previamente estudada desta temática.

Após esta revisão da literatura, o instrumento foi finalizado e foi realizada uma *reflexão falada* com sete indivíduos de diferentes faixas etárias, profissões e anos de escolaridade. Estes leram e analisaram o instrumento com o intuito de verificar dificuldades de compreensão do enunciado e das questões e sugestões de alternativas aos diversos aspetos identificados como críticos e complexos. A reflexão falada permitiu assim fazer ajustes na formulação de itens (e.g., o item sete estava redigido da seguinte maneira *O acolhimento familiar tem implicações positivas no casal acolhedor* sendo alterado para *O acolhimento familiar tem efeitos positivos no casal acolhedor*).

Na versão de investigação utilizada neste estudo, o instrumento é constituído por dez questões sobre informações sociodemográficas do participante e por quatro grandes dimensões: (1) Conhecimentos acerca do Acolhimento, (2) Percepção de efeitos positivos e riscos do Acolhimento, (3) Percepção das condições, motivações e barreiras face ao Acolhimento e (4) Compromisso com o Acolhimento Familiar.

A primeira dimensão – *Conhecimentos acerca do acolhimento* – procura avaliar os conhecimentos gerais sobre o acolhimento e é respondida através de escolha múltipla. Esta dimensão é constituída por cinco perguntas (e.g., *Em 2015, quantas crianças e jovens estavam em acolhimento familiar?*). Para a elaboração destas perguntas e identificação das respetivas respostas foi utilizado o CASA 2015 - Relatório da Caracterização Anual das Situações de Acolhimento das Crianças e Jovens (ISS, 2016). Esta dimensão tem também uma pergunta dicotómica sobre a melhor opção de acolhimento em situações de perigo (acolhimento

residencial ou acolhimento familiar), seguindo-se de um conjunto de opções que permitem justificar a resposta anterior.

A segunda dimensão – *Percepção de efeitos positivos e riscos do acolhimento* – analisa as percepções de efeitos positivos e riscos que podem resultar da medida de acolhimento familiar e é avaliada através de uma escala *likert* de cinco pontos que vai desde o *Discordo completamente* ao *Concordo completamente*, sendo constituída por doze afirmações. Tal como indica o nome da dimensão, esta encontra-se dividida em percepções de efeitos positivos face ao acolhimento (e.g., *O acolhimento familiar tem efeitos positivos no casal acolhedor*) e riscos do acolhimento familiar (e.g., *O acolhimento familiar implica riscos para o equilíbrio do casal acolhedor*). Através da análise fatorial exploratória verificou-se a existência de duas dimensões com uma variância explicada de 42.43%. Foi feita a análise da fidedignidade das duas dimensões e verificou-se que a *percepção de efeitos positivos* tem alfa de *Cronbach* de .74 e o alfa de *Cronbach* da dimensão *percepção de riscos* é de .68, demonstrando valores aceitáveis de consistência interna.

A terceira dimensão – *Percepção das condições, motivações e barreiras face ao acolhimento* – avalia a opinião dos participantes sobre fatores que determinam a eficácia do acolhimento. É uma dimensão também constituída por afirmações avaliadas em escala *likert* de cinco pontos para verificar o grau de concordância relativamente a condições necessárias para o acolhimento (e.g., *As famílias de acolhimento deveriam, posteriormente, poder adotar as crianças*) e também questões acerca das motivações/barreiras ao acolhimento que reúnem um conjunto de opções (e.g., *Das seguintes opções quais, na sua opinião, constituem boas razões para o acolhimento de uma criança? Selecione no máximo 3.*).

A última dimensão – *Compromisso com o Acolhimento Familiar* – é uma dimensão que aborda a disponibilidade de acolher e é avaliada dicotomicamente, através de Sim e Não (*Estaria disposto, em algum momento da sua vida, a acolher uma criança?*) seguindo-se de uma pergunta aberta que permite as pessoas evocarem quais as razões que a levam a estar disponível ou não a acolher uma criança.

Procedimentos de Recolha e Análise de dados

A recolha de dados foi realizada na comunidade pelos investigadores da equipa. Estes entregaram os questionários a pessoas para elas preencherem e pediram que, por sua vez, entregassem a outras, num efeito *snowball*. Foi pedida uma participação voluntária e informados dos objetivos e procedimentos do estudo, e ainda as questões éticas associadas.

Após serem recolhidos os dados, estes foram introduzidos, tratados e analisados no programa *SPSS – Statistical Package for the Social Sciences* versão 24, que permitiu a análise quantitativa dos dados e, posteriormente, verificar os objetivos. De forma a analisar os dados recolhidos recorreu-se à estatística descritiva e foram utilizadas várias medidas. Tendo em conta os objetivos deste estudo, assumiu-se que a análise descritiva era a melhor opção para ser possível aprofundar a análise e explorar ao máximo todas as informações.

Foi ainda realizada uma análise temática na última questão aberta onde era possível as pessoas evocarem as razões pelas quais estariam (in)disponíveis a acolher uma criança, ou seja, foram exploradas todas as respostas dadas e foram criadas grandes categorias através dos temas mais abordados pela amostra do estudo. Este procedimento tinha como objetivo explorar toda a informação e verificar os padrões de respostas repetitivos que permitisse codificar e organizar os dados (Bogdan & Biklen, 2003).

IV. Apresentação e Discussão dos Dados

Neste ponto serão apresentados e integrados os dados obtidos e realizada uma análise articulada dos mesmos com as considerações teóricas sobre esta temática. Esta apresentação e discussão organiza-se em torno dos objetivos específicos do estudo.

Objetivo 1. Descrever os conhecimentos acerca das medidas de acolhimento

Os resultados da dimensão dos conhecimentos demonstram que, de uma forma geral, os participantes têm baixos conhecimentos sobre o acolhimento: a maioria das respostas dadas pelos indivíduos estão erradas ($M= 1.55$; $DP=1.01$). Tal como podemos verificar na Tabela 2, todas as questões tiveram menos de 50% de respostas certas.

Tabela 2

Número de Respostas Certas Acerca dos Conhecimentos Sobre o Acolhimento

	<i>N</i>	%
Qual o escalão etário com mais crianças e jovens em situação de acolhimento (familiar e residencial)?		
0 aos 5 anos	53	19.6
6 aos 11 anos	144	53.3
*12 aos 18 anos	72	26.7
Em média, qual o tempo de permanência das crianças e jovens em acolhimento (familiar e residencial)?		
Menos de um ano	26	9.6
*Entre 1 a 3 anos	127	47
Mais de 4 anos	114	42.2
Em 2015, qual a situação de perigo que mais levou crianças e jovens a situações de acolhimento (familiar e residencial)?		
Negligência ao nível da saúde	16	5.9
Exposição a mau trato físico	155	57.4
*Falta de supervisão e acompanhamento	95	35.2
Em 2015, quantas crianças e jovens estavam em acolhimento residencial?		
Entre 1000 e 3000	82	30.4
Entre 3001 e 7000	155	57.4
*Entre 7001 e 9999	32	11.9
Em 2015, quantas crianças e jovens estavam em acolhimento familiar?		
*Entre 150 a 350	87	32.2
Entre 351 e 500	134	49.6
Entre 501 e 750	48	17.8

Nota.*Resposta correta de acordo com o Relatório CASA 2015.

Na primeira questão sobre o escalão etário com mais crianças e jovens em situação de acolhimento verificámos que a resposta mais assinalada encontra-se no escalão etário abaixo daquele que é a realidade, ou seja, a maioria dos indivíduos que estão em situações de acolhimento estão na fase da adolescência, apesar dos participantes considerarem que são crianças mais novas. Estes dados seguem a tendência dos anos anteriores (ISS, 2014). E apesar desta tendência que se tem vindo a constatar ano após ano, as pessoas parecem ainda desconhecer aquilo que é a realidade atual. Contudo os dados tornam-se especialmente importantes para perceber como o processo de acolhimento parece ser moroso, o que pode levar a esta faixa etária mais elevada. Ou seja, a sinalização de crianças e jovens em risco começa, maioritariamente, quando vão para a escola por ser uma fase de mais fácil identificação de casos de maus tratos ou negligência (Arruabarrena, De Paul & Torres, 1989). Antes da criança ser

retirada à família são analisadas as alternativas através do estudo dos fatores e risco e qual a possibilidade de atenuar ou não haver a retirada da criança. Toda esta análise da dinâmica familiar leva a que o fator tempo vá passando e a criança vá ficando mais velha.

A segunda questão, relativamente ao tempo de permanência em acolhimento, foi a questão que reuniu maior número de respostas certas. De facto, apesar de se tratarem de medidas transitórias, que, segundo a Lei 142/2015 de 8 de setembro, devem ter uma duração de seis meses, acabam por se prolongar por tantos anos. Ao que parece os participantes estão mais cientes desta realidade, talvez por ser um assunto com mais destaque na comunicação social.

A maioria dos participantes considerou que a situação de perigo que mais levou as crianças e jovens a situações de acolhimento foi a exposição a mau trato físico. O mesmo se verificou nos resultados do estudo realizado pela Leber e LeCroy (2012), onde uma parcela significativa da população considerou que o abuso físico ou sexual era uma das razões para as crianças entrarem em processo de acolhimento. Contudo a resposta correta é a falta de acompanhamento e supervisão, ou seja, quando a criança é deixada sozinha ou com irmãos com idades iguais ou inferiores à sua por longos períodos de tempo. Segundo Montano (2017), a população portuguesa continua a considerar que ter “mão pesada” (p.42) é um modo de aprendizagem e que maltratar é apenas “danificar fisicamente uma criança” (p.42). Estas perceções continuam presentes, uma vez que, os maus tratos físicos têm mais impacto fisicamente, na criança, o que torna as consequências mais visíveis para o público, contudo a realidade é que maltratar uma criança também passa pela negligência e pela falta de respostas às necessidades básicas (Montano, 2017). Com o decorrer dos anos, os casos de negligência tem vindo a aumentar, e como tal, isto acarreta efeitos negativos para o desenvolvimento físico e psicológico da criança, nomeadamente, problemas de reajustamento emocional, dificuldades académicas, problemas comportamentais, entre outros (Drotar, 1999).

A questão com mais respostas erradas foi a questão que avaliava o número de crianças e jovens em acolhimento residencial, em que a maioria dos elementos considerou que a resposta correta era entre 3001 e 7000, ou seja, abaixo daquilo que é o valor real. Por sua vez, na resposta à questão sobre o número de crianças e jovens em acolhimento familiar, os participantes consideraram que havia mais crianças e jovens em situação de acolhimento familiar face à realidade. Estes dados podem significar um entrave para o acolhimento familiar, uma vez que as pessoas consideram que existem menos crianças em acolhimento residencial do que na realidade.

Objetivo 2. Perceber a percepção sobre a melhor medida de acolhimento numa situação de perigo

Quando uma criança está em situação de perigo e tem de ser temporariamente retirada à família biológica, os participantes identificam o acolhimento familiar como a melhor opção (74.1%), tal como se pode ver na Tabela 3. O motivo mais relevante para esta opção, na opinião dos participantes, é a dinâmica familiar ser ajustada às necessidades da criança (72.5%), visível na Tabela 4. Das 68 pessoas que identificaram o acolhimento residencial como a melhor opção, a sua justificação (Tabela 5) foi não sujeitar as crianças a novas perdas/descontinuidades das relações (70.6%). Na análise dos dados verificámos que o fator económico parece não ser uma justificação plausível para ambas as opções.

Tabela 3

Opção pelo Acolhimento Familiar ou Acolhimento Residencial

	<i>n</i>	<i>%</i>
Acolhimento Familiar	200	74.1
Acolhimento Residencial	68	25.2

Tabela 4

Porque que o Acolhimento Familiar é a Melhor Opção

	<i>n</i>	<i>%</i>
Porque a dinâmica é mais ajustada às necessidades da criança	145	72.5
Porque não sujeita a criança a novas perdas/descontinuidades das relações	41	20.5
Porque existe um maior nível de controlo sobre a criança	25	12.5
Porque não confunde a criança de quem é família	13	6.5
Outra	12	6
Porque é mais económico	2	1

Tabela 5

Porque que o Acolhimento Residencial é a Melhor Opção

	<i>n</i>	<i>%</i>
Porque não sujeita a criança a novas perdas/descontinuidades das relações	48	70.6
Porque não confunde a criança de quem é família	18	26.5
Porque a dinâmica é mais ajustada às necessidades da criança	11	16.2
Porque existe um maior nível de controlo sobre a criança	8	11.8
Outra	1	1.5
Porque é mais económico	0	0

Os participantes identificaram o acolhimento familiar como a melhor opção, e tal vai de encontro aos estudos que parecem mostrar que o acolhimento familiar traz mais vantagens do que o acolhimento residencial. O acolhimento familiar tem aspetos positivos como a integração da criança numa família, a estabilidade, segurança, criação de laços e o forte empenho das famílias (Delgado, 2008). Por outro lado, o acolhimento residencial pode por em causa o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças. Estas têm mais dificuldade de desenvolver um vínculo com um cuidador e expressar afetos devido à impessoalidade das instituições. Para além disso, as crianças institucionalizadas têm, tipicamente, desempenhos académicos mais baixos e uma maior probabilidade de desenvolver problemas psicológicos (EuroChild, 2014). Nas casas de acolhimento são frequentemente quebradas as barreiras do espaço próprio e existe dificuldade em desenvolver a própria autonomia (Martins, 2005b).

Tal como referido anteriormente, os participantes identificaram como melhor justificação para o acolhimento residencial ser o facto de não haver mais perdas ou descontinuidades nas relações. Contudo, esta ideia parece ser posta em causa pela literatura, visto que colocar as crianças em acolhimento residencial é como um “deserto de emoções”, pois torna-se difícil criar relações com tantas crianças. Para Delgado (2010) o facto a criança só poder estabelecer uma ligação segura parece constituir-se como um mito, uma vez que, o ser humano tem a capacidade de criar múltiplos vínculos com pessoas significativas.

Objetivo 3. Identificar as perceções de efeitos positivos do acolhimento familiar

Tal como podemos verificar na Tabela 6, o fator identificado como o mais positivo do acolhimento familiar é a criação de relações familiares saudáveis ($M= 4.19$; $DP= .70$). Os participantes não percecionam os efeitos positivos do acolhimento tão centrados nos fatores

pessoais e familiares da família acolhedora, mas antes no fator criança acolhida, ou seja, o mais importante parece ser o bem-estar destas crianças.

Tabela 6

Percepção de Efeitos Positivos do Acolhimento Familiar

	<i>M</i>	<i>DP</i>
O AF dá a oportunidade à criança de criar relações familiares saudáveis.	4.19	.70
O AF promove o desenvolvimento integral da criança.	3.99	.66
O AF tem um impacto psicológico e emocional muito positivo nas crianças e jovens.	3.86	.63
O AF enriquece o desenvolvimento integral dos filhos biológicos da FA.	3.76	.67
O AF tem efeitos positivos no casal acolhedor.	3.71	.71

Estes resultados são congruentes com relatos de famílias de acolhimento e crianças/jovens acolhidas. Por exemplo, as famílias de acolhimento incluídas no estudo de Brown e Campbell (2007) relatam a importância das relações, o envolvimento de todos para a criação de resultados mais satisfatórios e a contribuição do casal na vida e no desenvolvimento da criança para o futuro, como efeitos positivos e chave para o sucesso do processo de acolhimento. O mesmo é reforçado pelas crianças e jovens em situações de acolhimento familiar incluídas no estudo de Johnson, Yoken e Voss (1995) e no estudo de Timóteo e Alheiro (2013) que afirmam que as famílias de acolhimento intencionalizam que estes se sintam integrados, conseguem manter relações saudáveis com eles e têm sentimentos de pertença face a estas famílias.

À semelhança do estudo de Tyebjee (2003), as pessoas identificam como principais motivações para acolher uma criança o bem-estar da mesma. Esse estudo vai mais além e identifica que, também na adoção, o que mais motiva os adotantes é a situação da criança na sociedade. Apesar de serem realidades distantes, existem algumas semelhanças nestes dois processos, pelo qual poderá ser viável esta comparação de motivações.

Um dos fatores fundamentais para motivar o acolhimento familiar pode ser a valorização dos efeitos positivos que este pode provocar e estes resultados parecem indicar que as pessoas já estão despertas para esta realidade.

Objetivo 4. Identificar as percepções de riscos do acolhimento familiar

Na Tabela 7, verificamos que os participantes percebem que crianças mais velhas e adolescentes não conseguem estabelecer relações significativas com as famílias de

acolhimento, o que se constitui como o maior risco face ao acolhimento ($M=3.83$; $DP=.76$), estando acima da média dos riscos.

Tendo em conta o objetivo anterior, verifica-se através da análise descritiva que a média dos efeitos positivos ($M=3.90$; $DP=.47$) é superior à média dos riscos ($M=3.30$; $DP=.52$), ou seja, são percebidos mais efeitos positivos do que riscos.

Tabela 7

Perceção de Riscos do Acolhimento Familiar

	<i>M</i>	<i>DP</i>
As crianças mais velhas e os adolescentes não são capazes de construir relações significativas nas FA	3.83	.76
Acolher uma criança é perturbador para os filhos biológicos da FA	3.75	.91
É impossível para uma criança construir relações significativas com uma FA, mantendo proximidade com a sua FB.	3.60	.87
Quanto mais velha é a criança, mais dificuldade ela terá em integrar-se com a FA.	3.58	.99
O AF é emocionalmente desgastante para o casal acolhedor	3.40	.92
O AF implica riscos para o equilíbrio do casal acolhedor	3.13	.84
O AF tem consequências negativas para a criança pelo facto de ser temporário	3.01	.86

Segundo Delgado (2010), o facto das crianças mais velhas e os adolescentes não serem capazes de construir relações significativas, parece constituir-se como um mito, uma vez que estas conseguem estabelecer relações que satisfaçam as suas necessidades para se sentirem seguras durante a adolescência e início da idade adulta. O ser humano é caracterizado pela sua plasticidade, ou seja, a sua capacidade de, neste caso, conseguir reconstruir vínculos afetivos com outras pessoas. E tal como Bowlby (1988) afirmou que “apesar da capacidade para a mudança ao longo do desenvolvimento diminuir com a idade, as mudanças continuam através do ciclo de vida o que significa que as mudanças para melhor ou para pior são sempre possíveis” (p.136), ou seja, as crianças e jovens ainda estão numa idade que lhes permite ajustar-se mais facilmente à mudança e não significa que outros não possam acontecer novamente.

Objetivo 5. Identificar as perceções das condições essenciais para o acolhimento familiar

A maioria dos participantes mostrou concordância com os itens relacionados com a importância do acompanhamento dos serviços sociais e da maior atenção do governo. Seguindo-se as qualidades afetivas e relacionais como condições importantes para o acolhimento e ainda a possibilidade em adotar a criança.

Através da Tabela 8, verifica-se que a população não está tão de acordo com a cessação de contacto entre a família de acolhimento e a criança após terminar a medida e ainda com o facto das famílias não receberem formação.

Tabela 8

Perceção das Condições Necessárias para o Acolhimento Familiar

	<i>Discordo Completamente/Discordo</i>	<i>Não concordo nem discordo</i>	<i>Concordo Completamente/Concordo</i>
	<i>n</i>	<i>n</i>	<i>n</i>
É importante que as FA sejam acompanhadas pelos serviços sociais ao longo do tempo de acolhimento	10	7	251
É urgente que o AF tenha mais atenção por parte do governo	2	19	248
As FA devem ser seleccionadas com base nas suas qualidades afetivas e relacionais.	10	23	235
As FA deveriam, posteriormente, poder adotar as crianças	10	39	219
As FA devem ser seleccionadas com base no tempo que tenham disponível para o acolhimento	58	47	163
As FA devem ser seleccionadas com base nos recursos financeiros e habitacionais de que disponham.	94	58	116
Para além do subsídio para suportar os custos quotidianos, não faz sentido que as FA recebam salário extra para cuidarem da criança.	73	79	115
Após terminar o acolhimento devem acabar todos os contactos entre a família de acolhimento e a criança	224	31	14
Não é importante que as famílias de acolhimento recebam formação.	223	18	29
É suficiente ter boa vontade para se ser FA	195	20	51
É fundamental que as FA mantenham a proximidade com as FB	98	92	79

No caso do envolvimento do governo e serviços sociais, aplica-se a conclusão de Brown e Campbell (2007) e Leber e LeCroy (2012) que corroboram os resultados deste estudo, uma vez que ambas evidenciam a importância do governo investir mais nesta medida de acolhimento e consequentemente haver mais acompanhamento dos serviços sociais. Tem-se verificado uma mudança na realidade portuguesa face a esta situação, nomeadamente a mudança de lei que foi o mote necessário para haver mais mudanças no futuro e dar mais visibilidade a esta temática.

Um dos itens onde as respostas estão mais polarizadas, neste caso para a concordância, é o facto das famílias poderem adotar as crianças numa fase posterior. Em Portugal, a adoção após esta medida não é permitida, contudo os resultados indicam que os participantes gostavam de ver esta realidade alterada. Segundo Delgado (2010) tal deve ser privilegiado quando, ao fim

de alguns anos de acolhimento, o retorno à família biológica está comprometido e já existem vínculos criados entre a criança e a família de acolhimento.

De um modo geral, verifica-se que os participantes concordaram que são necessárias qualidades afetivas e relacionais, disponibilidade de tempo e recursos habitacionais e financeiros para se tornarem famílias de acolhimento. Relativamente, a estas características, elas são tidas em conta no processo de seleção e formação das famílias de acolhimento, ou seja, as famílias são selecionadas, entre outros aspetos, pelas condições habitacionais, pela disponibilidade e qualidade afetivas e relacionais (Segurança Social, 2017). Estes aspetos parecem indicar que os participantes do nosso estudo estão cientes de algumas das condições exigidas para este processo. Para além disso, os nossos resultados indicam que a formação é um critério importante nesta fase embora a investigação demonstre que atualmente, a maioria das famílias de acolhimento não receberam qualquer formação (Delgado e colaboradores, 2013). Associando o acompanhamento dos serviços e este processo de seleção e formação, verifica-se que os participantes têm consciência da necessidade de pessoas especializadas para esta medida de acolhimento.

No que diz respeito a retribuições mensais, as famílias recebem pelo serviço prestado e pela manutenção de cada criança (Segurança Social, 2017), ou seja, isto não vai de encontro aquilo que os participantes deste estudo dizem pois não concordam que as famílias recebam mais do que o subsídio para suportar os custos quotidianos. Estes resultados podem indicar que as pessoas consideram que quantos mais subsídios se receber, pode existir mais pessoas que o fazem apenas para ter ganhos ou ainda estar relacionado com a tendência dos participantes em manterem a contração na criança. Tal não vai de encontro da literatura, uma vez que o acolhimento familiar não é algo voluntário e necessita de ser reconhecido por isso (Delgado, 2011; The Scottish Government, 2007).

No caso da proximidade com a família biológica parece que parte da amostra vai de encontro daquilo que são os resultados do estudo de López e Del Valle (2016), onde as famílias de acolhimento consideram a família biológica como o aspeto mais stressante do processo de acolhimento, por outro lado os participantes concordam com os resultados de Brown e Campbell (2007) que relatam a importância das relações entre as famílias. Existe ainda um conjunto de pessoas, que se posicionam numa posição intermédia, o que parece indicar que não possuem conhecimentos ou não atribuem importância a esta temática. É importante ressaltar que um dos critérios da medida de acolhimento familiar é a previsibilidade de regresso à família biológica, sendo que López e Del Valle (2016) enfatizam a necessidade de haver mais

incentivos por parte dos serviços sociais para a relação entre ambas as famílias, por trazer efeitos positivos para a criança.

Tal como foi referido anteriormente, os participantes não concordam com a cessação dos contactos entre a criança e a família de acolhimento após terminar a medida. Tal é corroborado pelo estudo de Delgado (2010), uma vez que para este autor, o apoio pessoal e material da família de acolhimento parece constituir-se como fundamental para a autonomia da criança/jovem.

Objetivo 6. Conhecer as motivações para o acolhimento familiar

Na Tabela 9 são apresentadas as motivações dos participantes para o acolhimento. No topo da tabela, como sendo as motivações mais evidentes, está a experiência familiar positiva para a criança (82.6%) e fazer a diferença na vida da mesma (79.6%). Como motivações menos assinaladas temos a coerência com as crenças religiosas (0.4%) e uma forma de ser pai/mãe e os recursos financeiros, ambas com 8.9%.

Tabela 9

Perceção das Motivações para o Acolhimento Familiar

	<i>Assinalou</i>	
	<i>n</i>	<i>%</i>
Para dar à criança uma experiência familiar positiva	223	82.6
Para fazer a diferença na vida de uma criança	215	79.6
Porque há muitas crianças a precisarem de ajuda	167	61.9
Porque acrescenta significado à Vida	82	30.4
Por não poder ter filhos	35	13
Porque é uma forma de ser pai/mãe	24	8.9
Porque se tem recursos financeiros adequados	24	8.9
Porque é coerente com crenças religiosas	1	0.4

Alguns estudos (e.g., Leber & LeCroy, 2012; López & Del Valle, 2016; Tyebjee, 2003) indicam que a maioria dos participantes têm motivações altruístas, ou seja, afirmam que as pessoas se tornam famílias de acolhimento para fazerem a diferença e proporcionar uma experiência familiar positiva, o que vai de encontro aos resultados do nosso estudo. Estes dados são relevantes porque vão de encontro do objetivo três, onde são identificados, maioritariamente, efeitos positivos para as crianças, isto poderá significar que as pessoas estão

alerta para ajudar crianças que se encontrem em situações de perigo, encontrando-se motivadas e identificados aspetos positivos nesta medida.

Objetivo 7. Conhecer as barreiras para o acolhimento familiar

Na Tabela 10 são apresentadas as barreiras para o acolhimento e verifica-se que a maior barreira identificada pelos participantes é as limitações de tempo devido a motivos profissionais (76.7%) seguindo-se os recursos habitacionais insuficientes (58.9%). Para esta amostra os constrangimentos com a segurança social e o facto de já ter filhos não são barreiras tão referidas ao acolhimento.

Tabela 10

Perceção das Barreiras para o Acolhimento Familiar

	<i>Assinalou</i>	
	<i>n</i>	<i>%</i>
Limitações de tempo devido a motivos profissionais	207	76.7
Recursos financeiros insuficientes	170	63
Habitação imprópria/recursos habitacionais insuficientes	159	58.9
Ser demasiado novo/velho	46	17
Possibilidades das crianças retornarem às FB	45	16.7
Efeito perturbador que a criança pode ter na dinâmica familiar	44	16.3
Incertezas sobre a saúde ou temperamento da criança	29	10.7
Já ter filho(s)	25	9.3
Constrangimentos na relação com a Segurança Social	23	8.5

Os dados da Comissão Para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, CITE, (2017) permite perceber que os portugueses passam semanalmente, em média, 42h18m no trabalho, gastam quase três horas para deslocações entre casa e trabalho e apenas conseguem dedicar 9h24m (homens) e 25h24m (mulheres) a trabalhos não pagos, onde se incluem a prestação de cuidados a crianças. Ou seja, atualmente a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar tem-se tornado cada vez mais difícil, o que pode também ter um efeito inibidor na constituição de famílias de acolhimento.

Os recursos habitacionais e financeiros insuficientes destacados pelos indivíduos como sendo uma barreira para o acolhimento familiar, não vão de encontro aquilo que é o panorama nacional. Visto que, apenas 10,3% da nossa população vive com espaço insuficiente em casa, onde existem instalações sanitárias e condições físicas e de luminosidade adversas (Pordata,

2017). Estes dados parecem demonstrar que os participantes criam ilusões de condições idílicas para o acolhimento familiar, e consideram não ter condições para acolher as crianças.

Objetivo 8. Perceber qual o compromisso participantes para se tornarem famílias de acolhimento

A maioria dos participantes, quando questionados sobre a disponibilidade para, em algum momento da sua vida, acolher uma criança, responderam que teriam essa disponibilidade (63.3%).

Tabela 11

Disponibilidade para o Acolhimento Familiar

	<i>n</i>	<i>%</i>
Sim	171	63.3
Não	75	27.8

Objetivo 9. Explorar as causas para as pessoas estarem ou não dispostas a tornarem-se famílias de acolhimento

Os resultados apresentados nesta secção resultam da análise temática à questão que explora as razões que as pessoas evocaram sobre a disponibilidade de acolher uma criança. Quando as pessoas demonstram disponibilidade em acolher uma criança foram criadas sete categorias: (1) Benefícios para a criança (e.g., contribuir para o desenvolvimento, ajudar a criança, fazer a diferença, ter impacto positivo); (2) Direitos da Criança (e.g., dar carinho e amor, valorizar a criança, educar a criança, dar uma família); (3) Benefícios para o próprio sujeito (e.g., dar significado à própria vida, gostar de crianças, não poder ter filhos); (4) Recursos (e.g., ter recursos habitacionais, financeiros, disponibilidade de tempo); (5) Solidariedade (e.g., ajudar o próximo, por que também gostava que o ajudassem); (6) Condições do próprio sujeito (e.g., ter perfil indicado, convivência com os filhos biológicos; possibilidade de adotar); (7) Outras. Quando as pessoas não demonstram vontade em acolher uma criança foram, também, criadas seis categorias: (1) Questões pessoais/emocionais (e.g., falta de vontade e disponibilidade, personalidade não ser adequada, idade avançada); (2) Falta de recursos (e.g., condições financeiras e habitacionais insuficientes); (3) Questões Familiares (e.g., já ter filhos, provocar instabilidade familiar); (4) Problemas relativos à criança (e.g., a criança retornar à

família de origem, problemas comportamentais); (5) Questões Profissionais (e.g., fazer muitas viagens, ser muito ocupada profissionalmente); (6) Outros (e.g., não ser o momento exato, não ter formação nestes casos).

Os resultados demonstram que as pessoas que mostraram disponibilidade em acolher, justificam, maioritariamente, como razões os benefícios para a criança e os direitos da criança e só depois vem o benefício próprio. As 75 pessoas que responderam que não estavam disponíveis para acolher, justificam, maioritariamente que se deve a questões pessoais/emocionais e a falta de recursos. Existiram dez pessoas que não responderam Sim/Não, contudo justificaram dizendo que seria uma situação a ponderar pois há muitos prós e contra, que preferiam adoção ou até que nunca tinham pensado sobre este assunto.

À semelhança do que já foi dito anteriormente, verifica-se que os motivos que podem levar alguém a tornar-se família de acolhimento é para benefício das crianças (Leber & LeCroy, 2012; López & Del Valle, 2016; Tyebjee, 2003). Estes resultados vão de encontro aos resultados deste mesmo estudo, já analisados anteriormente, como o caso da perceção de efeitos positivos e as motivações para acolher que estão mais centradas nos benefícios para a criança. Dentro das questões pessoais/emocionais (categoria para as respostas “não”) foi mencionado várias vezes a idade avançada.

V. Conclusões

Este estudo permitiu concluir que os participantes têm baixo conhecimento sobre o acolhimento e, em especial, sobre o acolhimento familiar. De um modo geral, são identificadas mais vantagens do acolhimento familiar face ao acolhimento residencial assim como são identificados mais efeitos positivos do que riscos. Relativamente a condições para o acolhimento, os participantes, indicam que existem várias condições que precisam de ser consideradas, nomeadamente, o apoio dos serviços e cuidados na seleção e formação das famílias. As motivações que, segundo os participantes, podem levar uma família a acolher passam por fazer o bem em relação à criança e as barreiras passam por motivos profissionais. Foi ainda possível verificar que os participantes se mostram à partida colaborantes com o compromisso para acolher uma criança também para benefício da mesma.

Ao longo da análise e discussão dos resultados foi-se verificando o altruísmo das pessoas e a vontade em fazer o bem, estando sempre focadas na criança e nos efeitos positivos que esta medida pode trazer para elas. Contudo existem algumas divergências entre a atitude das pessoas e o seu comportamento, ou seja, os participantes parecem não ter conhecimento

sobre o acolhimento familiar e aparentam desconhecer esta medida, por outro lado mostram-se, maioritariamente, disponíveis para as acolher. Tal facto pode estar relacionado com a deseabilidade social, ou seja, a sociedade, atualmente, privilegia a ajuda ao próximo, e muitos dos participantes deste estudo podem ter dado respostas por saberem que eram essas as esperadas, ou seja, socialmente desejáveis (Ribeiro, 2010). Pode ainda estar relacionado com a visão parcelar que os participantes possam ter, isto é, com a centração dos efeitos na criança, esquecendo-se de ver os benefícios para os próprios e como tal não reconhecerem todas as potencialidades que o acolhimento familiar pode ter.

Deste modo, verifica-se a pertinência de explorar as perceções da população portuguesa, para que este se torne um tema mais abordado e compreendido pelas pessoas, para que estas possam ser promotoras do incentivo para o acolhimento familiar e, eventualmente, para compreender a possibilidade destas pessoas se tornarem famílias de acolhimento, uma vez que as possíveis famílias de acolhimento parecer ser formadas por famílias que estão inseridas na comunidade em geral. Para além disso, sem este estudo das perceções da população, pode tornar-se difícil promover campanhas positivas, modificar estereótipos negativos, recrutar pessoas qualificadas e dar apoio familiar a tantas crianças (Leber & LeCroy, 2012).

Uma das forças deste estudo é a inovação na auscultação do público, ou seja, tal como já foi sendo referido, o estudo das perceções da população é escasso, sendo que a nível nacional é inexistente. Para além disso, foi criado um instrumento sobre esta temática e a sua, posterior, validação, são também uma mais-valia deste estudo.

Não obstante os resultados e as forças, este estudo comporta limitações, que necessitam de ser refletidas. Desde logo o não ter a amostra representativa da população portuguesa. Isto pode impor barreiras à leitura dos resultados contudo é importante não os desvalorizar até porque as características da amostra deste estudo tem semelhanças com a população nacional. Considerando os padrões recentes de dados demográficos sobre a população portuguesa da Base de dados Portugal Contemporâneo (Pordata, 2017) e o Instituto Nacional de Estatística (2017), verificamos que as características dos participantes vão de encontro às características da população nacional. Ou seja, a população portuguesa é constituída maioritariamente por pessoas entre os 35 e os 44 anos (23.3%) sendo, no geral, o género feminino predominante (52.6%). No que diz respeito ao agregado familiar, 35.5% é constituído por casal com filhos. Relativamente à religião verifica-se que 81% da população portuguesa pertence à religião católica. Apenas nas habilitações literárias é que surge uma pequena discrepância, uma vez que a nível nacional a maioria da população tem o primeiro ciclo (22.8%). Outra limitação é a possibilidade de respostas de deseabilidade social, conduzindo consequentemente, a um viés

nos resultados. Esta é uma preocupação que se deve ter em conta aquando da aplicação dos questionários. Para além disso, pode, ainda, não estar claro o que é o acolhimento familiar, associado ao baixo conhecimento dos participantes que pode ter levado ao enviesamento das respostas. Ou haver alguma confusão entre acolhimento familiar e adoção, que também pode ter levado a algumas respostas deturpadas.

Como sugestões para investigações portuguesas futuras, considera-se pertinente dar continuidade a esta linha de investigação, nomeadamente a validação, para a população portuguesa, do *Questionário sobre Perceções acerca do Acolhimento Familiar* e ainda um estudo com um aprofundamento destes dados através de uma análise estatística inferencial. Como por exemplo, testar se existem diferenças entre os conhecimentos e perceções das pessoas e algumas variáveis. E ainda verificar se estes dados são estatisticamente significativos. Poderia ser interessante realizar um estudo sobre as perceções das famílias de acolhimento portuguesas e também a perceção das crianças e jovens portugueses acolhidos, introduzindo as variáveis deste estudo, ou seja, na vida deles quais os efeitos positivos e riscos face ao acolhimento, quais as condições necessárias que já existem ou que poderiam melhorar no processo de acolhimento, quais as motivações e barreiras que os levaram a acolher e se, para eles, foi a melhor opção.

Através da análise dos conhecimentos dos indivíduos que participaram neste estudo verificou-se a existência de alguns mitos e crenças sobre as medidas de acolhimento, pelo que urge a necessidade de sensibilizar a população para esta temática. Dessarte, os resultados deste estudo podem ajudar na elaboração de materiais informativos, como *flyers*, campanhas televisivas, encontros informativos, *outdoors*, entre outros aspetos. Estas campanhas podem, também, ter como objetivo a sensibilização para a criação de famílias de acolhimento. Poderia ser considerada a integração das famílias de acolhimento já existentes e as crianças e jovens acolhidos nestes processos de divulgação para que sejam reforçados os efeitos positivos e motivações pelos próprios.

Visto que uma das barreiras para o aumento do acolhimento familiar passa pela dificuldade de conciliação entre a vida familiar e o trabalho, estes dados podem ser úteis para se equacionar a diminuição do número de horas de trabalho, criando espaço para as famílias passarem mais tempo juntas. Isto pode levar à importância do papel do psicólogo para fazer compreender esta necessidade e importância do espaço familiar no dia-a-dia das crianças e como podem ser planificadas estas horas extras.

Referências bibliográficas

- Andrade, S., Santos, D., Bastos, A., Pedromônico, M., Filho, N., & Barreto, M. (2005). Ambiente familiar e desenvolvimento cognitivo infantil: uma abordagem epidemiológica. *Revista de Saúde Pública*, 39(4), 606-611.
- Arruabarrena, M., De Paul, J., & Torres, B. (1989). *El papel del personal de guarderías en el abordaje y detección del problema del maltrato y abandono infantil*. Vitoria. Gobierno Vasco.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (2003). *Qualitative research for education: An introduction to theories and methods*. New York: Pearson
- Bowlby, J. (1982). Attachment and loss: Retrospect and prospect. *American journal of Orthopsychiatry*, 52(4), 664.
- Bowlby, J. (1988). *A secure base: clinical applications of Attachment Theory*. London: Routledge
- Brown, J., & Campbell, M. (2007). Foster parent perceptions of placement success. *Children and Youth Services Review*, 29(8), 1010-1020. Doi:10.1016/j.childyouth.2007.02.002
- Buyse, B. (2009). *The child in Flanders*. Consultado em Kind & Gezin em <http://www.kindengezin.be/img/child-in-flanders-2009.pdf>
- Chapman, M., Wall, A., & Barth, R. (2004). Children's voices: the perceptions of children in foster care. *American Journal of Orthopsychiatry*, 74(3), 293. Doi: 10.1037/0002-9432.74.3.293
- Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (2017). *Mulheres e homens: Trabalho, emprego e vida familiar*. Consultado em Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego em <http://cite.gov.pt/pt/acite/mulheresehomens04.html>

- Cooley, M., & Petren, R. (2011). Foster parent perceptions of competency: Implications for foster parent training. *Children and Youth Services Review, 33*(10), 1968-1974. Doi: 10.1016/j.chidyouth.2011.05.023
- Cooley, M., Wojciak, A., Farineau, H., & Mullis, A. (2015). The association between perception of relationship with caregivers and behaviors of youth in foster care: a child and caregiver perspective. *Journal of Social Work Practice, 29*(2), 205-221. Doi: 10.1080/02650533.2014.933405
- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (2016a). *Conceito de risco/perigo*. Consultado em Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco em <http://www.cnpcjr.pt/left.asp?13.02>
- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (2016b). *O que são*. Consultado em Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco em <http://www.cnpcjr.pt/left.asp?14.01>
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.
- Delgado, P. (2007). *Acolhimento familiar: Conceitos, práticas e (in)definições*. Porto: Profedições.
- Delgado, P. (2008). *Crianças e acolhedores: histórias de vida em famílias*. Porto: Profedições.
- Delgado, P. (2010). A experiência da Vinculação e o Acolhimento Familiar: reflexões, mitos e desafios. *Temas em Psicologia, 18*, 457-467.
- Delgado, P. (2011). *Acolhimento familiar de crianças. Uma perspectiva ecológica*. Porto: Profedições.
- Delgado, P., Bertão, A., Timóteo, I., Carvalho, J., Sampaio, R., Sousa, A., Alheiro, A., & Vieira, I. (2013). *Acolhimento familiar de crianças. Evidências do presente, desafios para o futuro*. Porto: Mais Leituras

- Delgado, P., López, M., Carvalho, J., & Del Valle, J. (2015). Acolhimento Familiar em Portugal e Espanha: Uma Investigação Comparada sobre a Satisfação dos Acolhedores. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 28(4), 840-849. Doi: 10.1590/1678-7153.201528423.
- Denuwelaere, M., & Bracke, P. (2007). Support and Conflict in the Foster Family and Children's Well-Being: A Comparison Between Foster and Birth Children. *Family Relations*, 56(1), 67-79.
- Direção Geral de Serviços para a família e a Infância (2014). *Boletín de datos Estadísticos de Medidas de protección a la Infancia*. Consultado em Observatório da Infância em http://www.observatoriodelainfancia.msssi.gob.es/productos/pdf/Estadistica_basica_d_e_proteccion_a_la_infancia_17.pdf
- Drotar, D. (1999). Child Neglect in the Family Context: Challenges and Opportunities for Management in Pediatric Settings. *Children's Health Care*, 28(2), 109-121.
- Eurochild (2004). *Deinstitutionalization Myth Buster. Opening Doors for Europe's Children*. Consultado em Eurochild em http://www.eurochild.org/fileadmin/public/05_Library/Thematic_priorities/06_Children_in_Alternative_Care/Eurochild/DI_Myth_Buster_web_use.pdf
- Eurochild (2014). *Deinstitutionalization and quality alternative care for children in Europe. Lessons learned and the way forward working paper*. Consultado em Eurochild em http://www.openingdoors.eu/wp-content/uploads/2014/11/DI_Lessons_Learned_web_use.pdf
- Eurochild (2017). *Opening Doors for Europe's Children*. Consultado em Eurochild em <http://www.eurochild.org/projects/opening-doors/>
- Foster, S., & Gurman, A. (1988). Terapias de Família. In S. Linn & J. Garske (Eds.), *Psicoterapias contemporâneas: modelos y métodos*. Bilbao: Desclée de Brouwer.

Gardner, H. (1996). The concept of family: Perceptions of children in family foster care. *Child Welfare*, 75(2), 161.

Instituto de Segurança Social (2014). *CASA - Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*. Lisboa: Instituto de Segurança Social.

Instituto de Segurança Social (2016). *CASA - Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*. Lisboa: Instituto de Segurança Social.

Instituto Nacional de Estatística. *Dados estatísticos*. Consulta em Instituto Nacional de Estatística em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006396&contexto=bd&selTab=tab2

Johnson, P., Yoken, C., & Voss, R. (1995). Family foster care placement: The child's perspective. *Child Welfare*, 74(5), 959.

Kelly, G., & Gilligan, R. (2000). *Issues in Foster Care*. London: Jessica Kingsley

Lei nº142 de 8 de Setembro de 2015. *Diário da República nº175 – I série*. Ministério da Justiça.

Leber, C., & LeCroy, C. (2012). Public perception of the foster care system: A national study. *Children and Youth Services Review*, 34(9), 1633-1638. Doi:10.1016/j.childyouth.2012.04.027

López, M., & Del Valle, J. (2016). Foster carer experience in Spain: Analysis of the vulnerabilities of a permanent model. *Psicothema*, 28(2), 122-129. Doi: 10.7334/psicothema2015.168

Martins, P. (2005a). O acolhimento familiar como resposta de protecção à criança sem suporte familiar adequado. *Revista Infância e Juventude*, 4, 63-84.

Martins, P. (2005b). *A qualidade dos serviços de protecção às crianças e jovens: as respostas institucionais*. Consultado em RepositóriUM em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3163/1/A%20Qualidade%20dos>

[%20Servi%C3%A7os%20de%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0s%20Crian%C3%A7as%20e%20Jovens%20-%20As%20respostas%20institucionais.pdf](#)

- Montano (2017). *Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças. Guia de orientação para os profissionais da educação na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo*. Consultado em CPCJ em <http://www.cnpcjr.pt/left.asp?12.08.02>
- Nowacki, K., & Schoelmerich, A. (2010). Growing up in foster families or institutions: and psychological adjustment of young adults. *Attachment & human development*, 12(6), 551-566. Doi: 10.1080/14616734.2010.504547
- Palacios, J., & Rodrigo, J. (1998). La familia como contexto de desarrollo humano. In M. Rodrigo & J. Palacios, (cords.), *Familia y desarrollo humano* (pp. 25-44). Madrid: Alianza Editorial
- Pordata (2017). *BI de Portugal*. Consultado em Base de Dados Portugal Contemporâneo em <http://www.pordata.pt/Portugal>
- Ribeiro, J. (2010). *Investigação e Avaliação em Psicologia e Saúde*. Lisboa: Placebo Editora
- Schofield, G., & Beek, M. (2005). Providing a secure base: Parenting children in long-term foster family care. *Attachment & human development*, 7(1), 3-26. Doi: 10.1080/14616730500049019
- Segurança Social (2017). *Famílias de acolhimento de crianças e jovens*. Consultado em Segurança Social em <http://www.seg-social.pt/familia-de-acolhimento-de-criancas-e-jovens>
- Timóteo, I., & Alheiro, A. (2013). A perspetiva das crianças acolhidas. In Delgado, P., e colaboradores (2013). *Acolhimento familiar de crianças. Evidências do presente, desafios para o futuro* (141-161). Porto: Mais Leituras
- The Scottish Government (2007). *Getting it right for every child in Kindship and Foster Care*. Edinburgh: The Scottish Government

The Scottish Government (2016). *Foster Care*. Consultado em The Scottish Government em <http://www.gov.scot/Topics/People/Young-People/protecting/lac/fostercare>

The Scottish Government Statistics Publications (2016). *Children's Social Work Statistics Scotland 2014-15*. Consultado em The Scottish Government em <http://www.gov.scot/Topics/Statistics/Browse/Children/PubChildrenSocialWork>

Tyebjee, T. (2003). Attitude, Interest, and Motivation for Adoption and Foster Care. *Child Welfare*, 82(6), 685-706.

Unicef (1989). *A Convenção sobre os Direitos da Criança*. Consultado em Unicef em http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf